

A criança como sintoma: mal estar no Brasil

(Ana Laura Prates Pacheco)

I. A criança entre a segregação e a concentração

Esse trabalho é o resultado das pesquisas que venho desenvolvendo há muitos anos junto a duas redes de pesquisa do Fórum do Campo Lacaniano de São Paulo. A primeira é a rede de Psicanálise & Infância, coordenada há 15 anos por mim e pela colega Beatriz Oliveira. A segunda é a rede de Psicanálise & Saúde pública criada em 2013 e atualmente coordenada pelos colegas Raul Pacheco, Lívia Moretto, Rodrigo Pacheco e Sandra Berta. Ambas as redes articulam-se com a Rede Clínica do FCL-SP, a qual se caracteriza por ser um dispositivo de formação, pesquisa e transmissão voltado para a construção e formalização do caso clínico em psicanálise. Através da Rede Clínica acolhemos e encaminhamos as demandas para atendimento psicanalítico, dirigidas ao FCL- SP e oferecemos supervisão aos praticantes ali engajados, sejam aqueles que atendem em seus próprios consultórios, sejam os que trabalham em vários âmbitos institucionais nos quais os psicanalistas começam, nos últimos anos, a se fazerem presentes de modo mais efetivo na Brasil: hospitais, centros de atenção psicossociais (CAPS), núcleos de apoio à saúde da família (NASF), unidades básicas de saúde (UBS), abrigos infantis, ONGs que trabalham com crianças desabrigadas, sistema judiciário, vara da infância e da família, conselho tutelar, escolas públicas, etc.

Meu trabalho na Rede Psicanálise & infância foi levado também ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo onde defendi minha tese de Doutorado em 2006, que posteriormente foi publicada sob o título “Da fantasia de infância ao infantil na fantasia. A direção do tratamento na Psicanálise com crianças”, publicado também na Argentina pelo editorial Letra Viva. Muitas das ideias aqui apresentadas hoje foram geridas durante esse trabalho; outra são reflexões mais recentes que trago aqui em primeira mão.

Além dessas pesquisas é importante mencionar também nossa participação no “Movimento Psicanálise Autismo e Saúde Público”, criado em 2012. Esse Movimento surgiu como reação a um ato do coordenador de Saúde Mental da Secretaria de Saúde de São Paulo cancelando o convênio entre a Secretaria e o Centro de Referência da Infância e Adolescência do Hospital São Paulo, usando como justificativa para tal

cancelamento o fato de que o serviço trabalhava com referencial teórico psicanalítico. Em agosto do mesmo ano, um edital propôs a criação de uma rede credenciada de *instituições privadas* especializadas em pessoas com autismo. A prerrogativa era de que os psicólogos tivessem especialidade em Terapia Cognitivo-Comportamental. O intuito do MPASP é organizar e propor intervenções com o objetivo de tornar público o direito do sujeito que apresenta autismo ao tratamento psicanalítico e acabou tornando-se um movimento nacional no qual se engajaram várias instituições psicanalíticas e que tem atuado de modo bastante presente nos debates a respeito da infância no âmbito da saúde pública no Brasil.

A querela, entretanto, não é nova. No ano de 1967 Maud Manonni organizou, juntamente com Ginette Rimbaud, uma jornada sobre as psicoses na infância. No encerramento dessa jornada, Lacan proferiu um discurso histórico, durante o qual faz uma afirmação surpreendente: “Não existe gente grande!” – ele diz. “Eis o que assinala a entrada de um mundo inteiro no caminho da segregação” (*Lacan, Outros Escritos, p.*). Afirmação que soa espantosa, às vésperas do ano de 1968, que para a França e o mundo representaria um libelo à liberdade e à ruptura com as antigas instituições, sobretudo nos âmbitos familiar e universitário.

Vejamos o que nos diz a própria Manonni a respeito dessa jornada: “Winnicott – que não pudera ir para não se indispor com a IPA –, maliciosamente, enviou Laing e Cooper, que só podiam passar por provocadores para os analistas ‘burgueses’ vindos da era vitoriana que ali estavam. (...) Estavam ali, com todos os seus alunos, no meio dos analistas que estavam tão escandalizados que queriam interromper o congresso. Este foi salvo graças a Lacan. (...) Ele pronunciou ali um dos mais belos discursos, introduzindo este fato de que era preciso reconhecer a existência do louco e da criança em cada um de nós. É certo que, se não puder haver o louco e a criança em nós, isso faz analistas imóveis”. (*Quartier Lacan, p. 167*).

Esse foi, portanto, o contexto no qual Lacan – já tendo sido excomungado da IPA, já tendo fundado sua Escola na qual tenta subverter a lógica da formação dos psicanalistas, e alguns dias após lançar sua proposição de 09 de outubro sobre o passe – profere o que, concordo, é uma dos seus mais belos discursos, e por que não reconhecê-lo, um dos mais premonitórios do que viria a se tornar o mundo contemporâneo pós anos 70. Não lhe parecia estranho – embora para muitos de nós até hoje pareça que ainda o seja – que

se tivessem conjugado, naquela reunião, as questões referentes à criança, à psicose e à instituição. (*Outros Escritos*, p. 359/360)

Para Lacan, a loucura “longe de ser a falha contingente das fragilidades do organismo é a virtualidade permanente de uma falha aberta na essência”. (op. Cit.) Em parte alguma, portanto, se evocaria com mais constância do que nesses três temas – a criança, a psicose e a instituição, a questão da liberdade. Lacan, entretanto, ousa perguntar se essa liberdade não traria em si o limite de seu engodo.

Esse seria, em sua *pre visão*, o problema mais intenso de nossa época, “na medida em que ela foi a primeira a sentir o novo questionamento de todas as estruturas sociais pelo progresso da ciência” (*Outros Escritos*, p. 360). E é enfático ao afirmar que teríamos, daí pra frente, que lidar com uma segregação sem precedentes: “Os homens – ele afirma – estão enveredando por uma época que chamamos planetária, na qual se informarão por algo que surge da destruição de uma antiga ordem social que eu simbolizaria pelo império, tal como sua sombra perfilou-se por muito tempo numa grande civilização, para ser substituída por algo bem diverso e que de modo algum tem o mesmo sentido – os imperialismos”. (p. 360)

Se substituirmos “época planetária” por globalização; “se informarão por algo” por internet¹; “antiga ordem social” por Discurso do Mestre e “algo bem diverso” por Discurso do Capitalista, temos a seguinte afirmação: Na época da globalização, os homens se informarão pela internet, que surge da destruição do Discurso do Mestre antigo, para ser substituído pelo Discurso do Capitalista, ou seja, o do consumidor generalizado. E nessa nova ordem mundial, a questão central seria a seguinte: “como fazer para que massas humanas fadadas ao mesmo espaço, não apenas geográfico, mas também, ocasionalmente, familiar, se mantenham separadas?” (p 361)

Como alerta Julian Assange em seu livro “Cypherpunks”: “A internet possibilitou verdadeiras revoluções no mundo todo, mas uma grande onda de repressão está a caminho. Ao mesmo tempo em que sociedades inteiras mergulham no mundo online, programas de vigilância em massa são implementados globalmente. Nossa civilização está diante de uma encruzilhada”.

A partir dessas novas bases discursivas, a série de questões éticas que se coloca é, sobretudo, aquela que nos remetem, como veremos um pouco mais à frente, ao que

¹ Recomendo a leitura do livro de Jean Assange *Cypherpunks*. Editora Boitempo.

Lacan chama de Discurso Universitário. Naquele momento, entretanto, destacamos que Lacan convocava os psicanalistas a responderem eticamente:

- 1) à segregação trazida à ordem do dia por uma subversão sem precedentes;
- 2) à exclusão interna da psicanálise ao campo da psiquiatria

Vemos o quanto se faz necessário renovar essa convocação ética nos dias atuais, quase meio século após esse discurso, em tempos de debate sobre o DSM V, a medicalização da infância, a aposta na etiologia genética para o espectro autista, o rebaixamento da maioria penal no Brasil, a resistência às famílias homo parentais na França, etc. As respostas do psicanalista, como Lacan mesmo indica, devem incidir tanto na geografia (no *topos*, ou seja, no território², ou seja, no plano político) quanto na família.

Ele adverte que há sempre algo de linguístico na própria construção do espaço: o espaço clama pela linguagem, o que não tem nada a ver com falar ou não falar. A criança psicótica aqui – e mais precisamente a criança que não fala – é tomada como paradigma: “Uma criança que tapa os ouvidos – para que? Para alguma coisa que está sendo falada – já não está no pós-verbal, visto que se protege do verbo”. (op. Cit. p.) No humano, não há espaço fora da linguagem, ainda que se possa estar, como no caso das psicoses, fora do discurso.

Lacan mata dois coelhos com uma mesma cajadada, ao criticar tanto a psiquiatria – que coloca a criança psicótica no habitat natural da genética –, quanto a psicanálise hegemônica na época – convertida, a um mero funcionalismo –, e que colocava a criança psicótica no habitat materno, suposto não menos “natural”, mas aqui no espaço ambiental. Reconheçam aí a boa e velha controvérsia falsa entre inatismo e ambientalismo, gêmeos duplos paridos pelo mesmo discurso.

Nesse ponto é fundamental lembrarmos a breve história da pedopsiquiatria, tão bem descrita por Bercherie. Podemos dizer que a criança entrou na história da psiquiatria pela via de deficiência mental (a *idiotia* de Esquirol) – que previa na melhor das hipóteses um viés educativo –; fez uma pequena passagem pela clínica, não sem a forte influência da psicanálise, e foi novamente renegada ao enfoque educacional a partir do DSM III em 1981. A partir do DSM IV, o “transtorno global de desenvolvimento” devolve o sofrimento infantil ao seu devido lugar nesse discurso: 1.

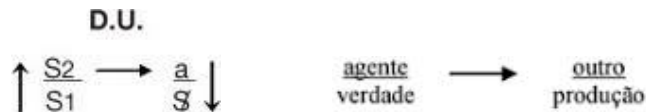
² Faço aqui referência ao conceito de território do geógrafo brasileiro Milton Santos

Desordem; 2. Universal; 3. Desenvolvimento. A noção de psicoses na infância, título da jornada de 1967 simplesmente é suprimida do principal manual de psiquiatria.

Ora, a posição política sustentada por Lacan, de situar qual é o verdadeiro espaço do ser falante – e que esse não é natural, quer consideremos natural o aspecto genético ou ambiental – coloca o gozo em seu devido lugar – ou, digamos, em outro discurso, o discurso analítico – e localiza o homem como o “ser-para-o-sexo” na medida em que falar implica na castração e no desejo (*Outros Escritos*, p. 363). Daí decorre a dupla crítica de Lacan, que me parece, igualmente às anteriormente citadas, de uma atualidade desconcertante. Veremos com calma cada uma delas.

A primeira e mais óbvia, é a que se refere à ciência do capitalismo avançado, aliada à indústria farmacológica e, de modo mais amplo, ao comércio de forma em geral. Resumindo: o ser humano reduzido a objeto da ciência e a corpo biológico. Nesse adágio ao liberalismo, Lacan prevê como sintoma a indústria de comércio de órgãos que se desenvolveria, como de fato ocorreu³.

A segunda refere-se, como dissemos, ao Discurso Universitário. Ora, lembremos que “A Criança” enquanto objeto da educação, do progresso e do desenvolvimento é o efeito desse discurso, formalização de um dos impossíveis freudianos, nesse caso, o *educar*. A educação, como Lacan alerta no Seminário 7 sobre a ética, mantém em curso um dos ideais da Modernidade, qual seja, o ideal da não-dependência ou da autonomia – e ele não poupa os próprios psicanalistas de ajudarem a sustentar esse ideal, correndo o risco de fazer da psicanálise com crianças uma ortopedia. No Discurso Universitário, o educar, ocorre o agenciamento do saber colocando o outro no lugar de objeto. Assim, é o saber que, agindo sobre o outro, pretende produzir um sujeito.



Cito um trecho do meu livro no qual explico a tese que estou empregando aqui:

³ No texto “Lease your body: a encantação do corpo e o fetichismo da mercadoria” (2010), Raul Pacheco cita a previsão de Walter Williams, da George Mason University, que prevê que “com o livre mercado de órgãos para transplante, a escassez de órgão poderia ser resolvida com preços que vão de 1000 a 3000 dólares por doador”. “Convenhamos – comenta ironicamente Pacheco – algo bem mais em conta do que o preço de um rim no atual mercado negro ilegal de órgão, que sobe a 80 ou até 150 mil reais no Brasil” (*Stylus 21*, p. 37).

“O aparecimento da infância moderna corresponde, portanto, ao ideal depositado na educação. O imperativo “eduque-se!”, entretanto, estende seus territórios para além dos limites da infância propriamente dita passando a ser um dos principais instrumentos de controle e domínio da subjetividade no mundo capitalista. Por outro lado, o lugar que a criança passa a ocupar no narcisismo dos pais na família burguesa é o que dá suporte, na vida privada, ao investimento de desejo nos filhos, que passam a ser depositários dos ideais de sucesso que só poderão ser alcançados através da educação. O “tempo para se educar” corresponderá, então, ao tempo da passagem, da transição entre o *infans* e o chamado “adulto” – o sujeito formado, educado, maduro, desenvolvido e adaptado. Para o bem ou para o mal, o discurso universitário cria a criança no lugar de objeto, deixando o sujeito do inconsciente sob a barra do recalque:

$$\frac{\text{Saber}}{\text{Mestre}} \rightarrow \frac{\text{Criança}}{\text{Sujeito}}$$

Ora, mais além do saber colocado **na** criança, o aparecimento do significante “Criança” – com suas múltiplas significações – é rapidamente absorvido pelo Discurso do Mestre, que passa a agenciar, a partir de então, um saber **sobre a** “Criança”, sustentado numa determinada fantasia de infância. A consequência mais explícita de tal agenciamento é o aparecimento de uma série de disciplinas e especialidades cujo objeto de conhecimento é “A Criança”: a pedagogia, a pediatria, a pedopsiquiatria e, do outro lado da moeda – enquanto sintoma revelador da verdade da criança no lugar de objeto –, a pedofilia como a “patologia” temida por desvelar a verdade no horror.”

Observem que incluo aqui a pedofilia, como mais um subproduto do retorno do que fica recalcado nesse discurso e que mereceria um desenvolvimento especial que não teremos tempo de fazer nessa conferência. Observem também que ao ser absorvida pelo discurso do Mestre, como mencionei, a infância como fase da vida e com várias

especificidades passa a ser separada do mundo dos adultos. Aliás, como menciono em meu livro, e esse não é um mero detalhe:

“É importante ressaltar que o aparecimento desse saber específico, evidentemente, não é algo que tenha, em si, qualquer conotação negativa. Pode-se mesmo inferir, ao contrário, que ele trouxe algumas conquistas importantes no plano do conhecimento humano de modo geral e, mais particularmente, possibilitou a um certo grupo de seres humanos uma proteção ‘a mais’ na sociedade ocidental, a partir da Modernidade. Os chamados ‘direitos das crianças’ – que se encontram no centro do debate atual sobre a situação da criança contemporânea – talvez seja o caso mais explícito de avanços sociais trazidos pelos conhecimentos construídos nos últimos séculos sobre a infância.” (Prates Pacheco, 2012, p. 280).

Eis um ponto no qual precisaremos nos ater um pouco mais, pois remete ao conceito de Segregação. Etimologicamente, o verbo segregar deriva do latim *segregare*, que significa separar, apartar, afastar, isolar. O substantivo correspondente *segregatio, onis*, deu em português *segregação*. Assim, se há na segregação um isolamento, um afastamento, há por outro lado um reconhecimento da diferença que pode, entretanto, ser tomado como justificativa para uma valorização negativa, para o abuso do poder e a dominação, e para a discriminação no pior sentido. Um exemplo óbvio desse fenômeno é a misoginia construída a partir da diferença entre homem e mulher, ou o racismo como produto da mínima diferença entre povos.

Na vertente da separação, entretanto, um discurso que segrega, como o Discurso do Mestre, possibilita, eventualmente, ao longo da história, um reconhecimento no plano dos direitos. Pode-se tomar como exemplo a chamada “política das diferenças” e seus avanços em relação aos direitos dos gays, dos índios, das mulheres e das crianças. Há aí um reconhecimento dos particulares que se agrupam em sub conjuntos do universal humano, gerando, como dissemos antes, especialistas e direitos especiais.

Bousseyroux ⁴ fez uma distinção bastante interessante, a partir de Lacan, entre a Segregação – alinhada ao Discurso do Mestre – e a Concentração – alinhado ao que chamou de Discurso do Mestre pervertido ou Discurso Universitário, o qual se relaciona com a burocracia. Ele nos lembra também que “Lacan considera que seja o discurso que assegura o poder dos totalitarismos”. Se em 1967 Lacan, como vimos, falou a respeito da segregação trazida à ordem do dia, em 1969 referindo-se às reformas universitárias recém instituídas na França, ele afirma em um texto jamais publicado enviado ao jornal *Le Monde*: “quanto ao setor psiquiátrico, o alinhamento desenha-se não menos do que nos novos centros ditos universitários, do fim para onde tende o sistema, se a ciência que vem ainda em ajuda, aí sucumbe: a saber, o campo de concentração generalizado” .

Assim, Bousseyroux afirma: “O que Lacan considera estar naturalmente do princípio do universo concentracionário é a recusa da segregação: nos campos, não mais se discrimina, junta-se, uniformiza-se, confunde-se, reduz-se à formas do humano disforme, aniquila-se as diferenças. E ele conclui: “os campos têm por princípio a produção industrializada de um puro concentrado de indiferença”. Novamente o exemplo da campanha para redução da maioria penal parece cair como uma luva nessa análise.

Por outro lado, se voltarmos ao caso das psicoses na infância, apontada por Lacan como paradigmática dessas questões e, mais especificamente, o tipo clínico do autista, nos parece bastante lógico que o embate entre psiquiatria e psicanálise nesse século esteja se dando de modo mais notável, e inclusive em plano jurídico, exatamente em relação a esse *pathos* humano. Os textos mais recentes que comentam a epidemiologia do autismo – embora ainda não haja estatísticas oficiais no Brasil – apontam para um aumento do número de diagnóstico de “transtorno do espectro autístico” nas últimas décadas.

Daí a importância de retomarmos a crítica que Lacan levantou em seu discurso de 1967 a uma certa psicanálise que não estaria isenta do ideal de autonomia, e da ideia de criança com adulto (ou sujeito) não desenvolvido que já comentamos anteriormente. Ora, se por um lado Lacan não parece muito esperançoso com as promessas de fim da família enquanto célula opressora do indivíduo, assim como não adere integralmente às promessas libertárias da antipsiquiatria, isso não implica de modo algum em uma

⁴ No texto “Práticas do impossível e a teoria dos discursos” apresentado na PUC-SP em maio de 2013, publicada em *A PESTE*, n.

adesão aos ideais da família burguesa, como Mannoni comenta na entrevista que já comentamos no início.

Lembremos, inclusive, que na “Nota sobre a criança”, escrita para sua amiga Jeny Aubrie em outubro de 1969, Lacan comenta o fracasso das utopias comunitárias, mas lembra que o que da família interessa à psicanálise é tão somente o “irreduzível de uma transmissão: a de um desejo que não seja anônimo”. (p. 369).

Lacan já tinha feito, como vimos, a crítica à suposta “harmonia instalada no habitat materno”. Ele insiste na crítica ao “mito que abarca a relação da criança com a mãe”, sobretudo no que se refere à “sobrecarregada referência ao corpo”. E lembra, numa referência a Winnicott, que “o importante é que a criança sirva ou não de objeto transicional para a mãe”. Se uma criança pode, eventualmente, saturar o lugar de objeto *a* na fantasia materna – como afirma na “Nota sobre a criança”, é imprescindível lembrar, contudo que “o objeto *a* não é o corpo da criança”, mas um operador lógico na constituição do sujeito humano. Assim, não se trata absolutamente de colocar a mãe mais ou menos quente ou gelada como geradora de filhos autistas, como alguns inimigos da psicanálise o afirmam.

Com efeito, a categoria clínica “autista” hipereboliza a série de paradoxos apresentadas pelo binômio hipermoderno segregação-concentração. Se o autista se auto exclui, justamente por recusar a entrada no Discurso do Mestre enquanto discurso da estrutura, a neuropsiquiatria do capitalismo avançado o concentra no universo da genética, e tenta proibir-lhe a psicanálise.

Mas não é apenas em relação ao autismo que a recusa à sexualidade infantil e à subjetividade retorna no real das práticas discursivas, chamadas pela historiadora brasileira Sandra Corazza de “dispositivo de infantilidade”. Ela lembra que “essa ideia do infantil, como o ‘outro’ do adulto, não foi somente objeto de teorias que se aplicam a dizer a verdade de sua identidade; foi também objeto de práticas culturais e educativas, destinadas a modificar sua economia no real e a mudar seu futuro”.

Em tempos de infância generalizada, portanto, não nos surpreende que as questões relativas à infância estejam na ordem do dia.

II. Mal estar no Brasil

Na última década o Brasil avançou sobremaneira no que se refere às questões relativas a saúde física e mental das crianças na esfera da rede pública de atendimento. Em primeiro lugar, simplesmente pela erradicação da miséria extrema e da fome, com as medidas de inclusão social adotadas pelos governos mais recentes. Nas últimas duas décadas, a mortalidade infantil caiu 70%, segundo a UNESCO. O número de crianças fora da escola caiu drasticamente.

Por outro lado, há ainda no Brasil marcas profundas de aspectos da violência constitutiva da nossa sociedade que ainda não foram superados. Desde 1930, com a publicação da obra do historiador Gilberto Freyre, “Casa grande e senzala”, sabemos que a proclamada miscigenação da sociedade brasileira não é fruto de um erotismo espontâneo, natural e sem conflitos: “Os índios foram submetidos ao cativeiro e à prostituição. A relação entre brancos e mulheres de cor foi a de vencedores e vencidos”. Curiosamente o próprio emprego do termo “de cor” já revela, paradoxalmente, o preconceito que anuncia. De fato, índios e negros, sobretudo mulheres e crianças eram desprovidos de cidadania e seus corpos tomados como objeto de exploração de toda sorte, inclusive sexual. Essa espécie de trauma fundante de nossa sociedade volta, com recorrência, e de modo especialmente notável nas questões relativas à infância.



Segundo um relatório sobre Exploração Infantil produzido pela ONU, em 2001, o Brasil ocupa vergonhoso o primeiro lugar em Exploração Sexual Infanto-Juvenil na América Latina e o segundo no mundo. De acordo com a fundação ABRINQ em 2012 120 mil crianças e adolescentes foram vítimas de maus tratos e violência. Esse problema, entretanto, é solenemente ignorado por nossa imprensa ou pela elite brasileira, já que seus filhos costumam ser iniciados na vida sexual – pelo menos oficialmente – bem mais tarde.

Outro grave sintoma atual desses resquícios é o debate que está ocorrendo atualmente no Brasil a respeito do rebaixamento da maioridade penal, como possível medida paliativa para o aumento da violência. Chamo a atenção, no entanto, para desinformação patente dos defensores dessa medida, que confundem maioridade penal com a responsabilidade criminal, ou seja, quando é possível processar um adolescente por um crime e puni-lo com medidas sócio educativas – no Brasil, a partir de 12 anos. Em realidade, o código penal brasileiro está bem longe de ser mais permissivo do que no resto do mundo, cuja média é 13,5 anos. Além disso, segundo o Ministério da justiça, menos de 3% dos crimes violentos cometidos no país têm adolescentes como seus autores, ao contrário do que é frequentemente divulgado pela maior parte da grande imprensa: “Segundo estimativas da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (Senasp), apenas 0,5% dos crimes envolvendo morte são cometidos por menores de idade. De todos os adolescentes cumprindo pena em instituições assistenciais, 43,7% respondem a crimes por furto e roubo, e 26%, por crimes relacionados ao tráfico”. (Ismael Canepelle).

Cito um trecho do prefácio que escrevi para o livro de Adriana Marino “A criança autora de ato infracional - as medidas de proteção e o Conselho Tutelar - um debate para o campo psicanalítico”, o qual inicialmente defendido como Dissertação de Mestrado no Instituto de Psicologia da USP. “Qual o lugar oferecido para a criança (menor de 12 anos) infratora, aquela que pelo próprio ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) está a um só tempo fora e dentro da lei? – assim poderíamos resumir a questão central desse livro”. Na legislação brasileira a partir da Constituição de 1988, adolescentes que cometem atos infracionais recebem medidas socioeducativas, e crianças, medidas de proteção. Essas últimas, por sua vez, são competência do Conselho Tutelar. E é pela via desse lugar próprio aos “sem lugar” que a autora nos conduz a uma série de contradições e paradoxos. O próprio termo “menor” aponta “a significação do

adolescente e da criança pobre, abandonada e delinquente”, marcando seu “atemporal desprestígio”, e lembrando que “a história do menor no Brasil perpassa a história de sua própria nação”. Daí compreende-se a importância histórica do Estatuto da Criança como agente de uma política de intervenção democrática e como “representante legal na visada pelo fim de um sistema totalitário, enclausurante e, portanto, silenciador da infância e da juventude”.

A triste ironia desse retorno da criminalização da infância está no fato de que o próprio Discurso Universitário que criou a criança no lugar de ser humano ainda incompleto, segregando-a posteriormente nas escolas e instituições afins, mas reservando-lhes, por outro lado, direitos próprios, agora quer tomar a criança em sua ocorrência demasiadamente humana, humana o suficiente para concentra-lo em campos – na melhor das hipóteses –, à espera da solução final. Lembremos do livro *A Trégua* de Primo Levi, na incrível passagem em que comenta a presença de um menino sem fala e sem história no campo de concentração. Ali, naquele campo, tanto quanto nos atuais, a vida não é bela e não há pai suficiente que sustente essa ilusão⁵.

Mas a lógica da concentração, sabemos, inclui o extermínio. Afinal, é preciso apagar os rastros dos restos a qualquer custo. No Brasil, dados oficiais mostram que a cada dia, cinco pessoas são assassinadas pelas polícias brasileiras, sendo que 66% dos civis assassinados são pardos ou negros. Muitas dessas vítimas são menores de 18 anos. Em 2010, segundo a fundação Abrinq, 8.600 crianças e adolescentes foram assassinados. Algumas entidades defensoras dos direitos humanos chegam a falar em genocídio. A ONU, em 2015, notificou a PM do estado de São Paulo, uma das mais assassinas do país.

Aos poucos, portanto, o que se desvela nessas contradições é uma lógica pautada na ética da solução final: o extermínio, a aniquilação definitiva desses monstros mirins, os “menores negros”. A faxina da escória, do resto, da sujeira, para que finalmente pudéssemos desfrutar, quem sabe, de uma sociedade limpa e segura. No Brasil pós-ditadura militar, as polícias estaduais seguiram sendo militares. Do interior dessas corporações formam-se milícias que seguem praticando, impunemente, um verdadeiro genocídio de jovens e crianças moradores das periferias das grandes cidades.

⁵ Aqui faço uma referência irônica ao filme “A vida é bela” de Benigni, no qual um pai tenta convencer seu filho de que o campo de concentração é uma espécie de gincana, para supostamente protege-

Recentemente, o Movimento chamado “Mães de maio” – movimento criado a partir da união de famílias que tiveram seus filhos assassinados pela polícia – conseguiu que se criasse uma “Comissão da Verdade” específica para investigar esses crimes, inspirada nas comissões criadas com o intuito de investigar os crimes cometidos na época do regime militar e que, como sabem, até hoje não foram apurados e punidos no Brasil.

O mais alarmante, entretanto, é que parte da população e de partidos políticos apoia essas ações de extermínio. Em 2014, um jovem suposto marginal foi amarrado a um poste na zona sul da cidade do Rio de Janeiro por um bando de também jovens brancos justiceiros.



Uma comentadora de um telejornal de nome Scherazade chegou a afirmar: “A atitude dos ‘vingadores’ é até compreensível. (...) O contra-ataque aos bandidos é o que eu chamo de legítima defesa coletiva de uma sociedade sem Estado contra um estado de violência sem limite”. “E aos defensores dos direitos humanos, façam um favor ao Brasil. Adotem um bandido”.

Nesse contexto, não deixa de ser irônico que o retorno da infância generalizada no corpo social contemporâneo seja justamente o chamado “menor infrator” e a drogadição. Eis um trecho de uma canção de Caetano Veloso: “Fora de ordem” que fala tão bem desse paradoxo:

Vapor barato
Um mero serviçal
Do narcotráfico
Foi encontrado na ruína
De uma escola em construção...

Aqui tudo parece
Que era ainda construção

E já é ruína
Tudo é menino, menina
No olho da rua
O asfalto, a ponte, o viaduto
Ganindo prá lua
Nada continua...

E o cano da pistola
Que as crianças mordem
Reflete todas as cores
Da paisagem da cidade
Que é muito mais bonita
E muito mais intensa
Do que no cartão postal...

Alguma coisa
Está fora da ordem
Fora da nova ordem
Mundial...

Ao mesmo tempo, os filhos das camadas mais abastadas da população, entretanto, quando cometem crimes, são considerados ‘crianças’ que não sabiam o que estavam fazendo. Eles são as vítimas. Os criminosos são “os outros”. Vejam a diferença entre duas manchetes de jornal, com a diferença de apenas uma semana:

- 1) Jovem branco de classe média na cidade do Rio de Janeiro: “Polícia prende jovens de classe média com 300kg de maconha no Rio”
- 2) Jovem negro de classe baixa no Nordeste: “Polícia prende traficante com 10 kg de maconha em Fortaleza”

Assim, opera-se com a ideia de duas leis: uma para suas “crianças” e outra para a raça dos “bandidos”. Ora, não seria esse um exemplo impressionante de como a oposição criança-adulto está longe de responder a critérios objetivos e científicos?

A “criança” aqui aparece como sintoma que fura a boa ordem do Mestre, na medida em que aponta para o seu “fora de lugar” paradoxal. E seria muito interessante que pudéssemos nos perguntar qual a relação entre essa visão da criança-monstro a ser eliminada com outro fenômeno que se verifica cada vez de modo mais nítido: o da medicalização da infância.

Em trabalho recente, Luciano Elia – que foi diretor do CAPSi pequeno Hans, o primeiro do Brasil – nos mostra o quanto a mentalidade gerencial tem tomado conta da Saúde Pública no Brasil. Segundo Elia, essa mentalidade, como dissemos, é própria do discurso burocrático, composto pelos seguintes aspectos: sanitização, especialização, privatização e visão funcionalista do ser humano.

Nesse contexto, podemos pensar em um matiz que vai do extermínio à anestesia, passando pela criminalização. Na ponta da medicalização, entretanto, ocorre uma generalização imprevista, já que a epidemia do chamado Distúrbio de Déficit de atenção (TDAH), descrito por Eisenberg nos anos 60 do século XX, acomete também as crianças de classe média e alta no Brasil. O aumento dramático do número de casos no Brasil e no mundo nos últimos anos tem provocado um sério debate a respeito do uso ideológico da droga Metilfenidato, conhecida no Brasil como Ritalina, como uma verdadeira contenção química para o mau comportamento infantil na sociedade administrada e burocrática do século XXI. Pesquisa recente da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) mostra que, entre 2009 e 2011, o consumo do metilfenidato aumentou 75% entre crianças e adolescentes na faixa dos 6 aos 16 anos.

Poderíamos supor então que, grosso modo, na época da infância generalizada – ou nos termos de Sandra Corazza, a partir do dispositivo de infantilidade – que cria a categoria contemporânea de ‘adultos-infantis’ –, o filho do branco e rico é hiperativo e o filho do negro e pobre é bandido? Nesse caso, o tratamento seria: contenção química no primeiro caso e cadeia e bala no segundo? Ou será que no fundo, a necessidade de anestesiá-lo e prender, não deixa de ser um grosseiro reconhecimento de que há ali um sujeito?

Em seu trabalho de mestrado “Os itinerários terapêuticos de usuários de CAPSi do município de São Paulo”, Rodrigo Pacheco – um dos coordenadores da Rede de Psicanálise e Saúde Pública do FCL-SP” mostrou a importância dos Centros de Atenção Psicossocial da infância, como um possível lugar de acolhimento para esse “sem lugar” da “criança problema”. Segundo Pacheco: “Partindo-se desse modelo psicossocial de atenção à saúde mental, os CAPSi constituem-se em serviços de atenção diária, destinados ao atendimento de crianças e adolescentes com graves comprometimentos psíquicos (psicoses, autismos, neuroses graves, dentre outros impossibilitados de estabelecer ou manter laços sociais). Enquanto a “encarnação” das diretrizes da política

de saúde mental infanto-juvenil em determinado território, os CAPSi situam-se como ordenadores da rede e porta de entrada, como regentes de uma certa lógica de cuidado que deve prevalecer em toda a rede de atenção. (...) Um trabalho clínico institucional não pode deixar de ampliar-se também no entorno do serviço, de seus portões para fora, para a rede tecida pelos diversos fios, que inclui instâncias pessoais e institucionais que atravessam a experiência dos sujeitos: o lar, a família, a escola, a igreja, o clube, a praça, o cinema, a casa dos colegas e vizinhos, o Conselho Tutelar, o posto de saúde, o hospital, o transporte, a lanchonete, o morro, a Vara da Infância, os abrigos, o Fórum Nacional de Saúde Mental Infanto-Juvenil, o Ministério Público, o próprio CAPSi e todas as outras cuja importância é função da relação do sujeito com cada uma delas, incluindo, centralmente, portanto, o próprio sujeito na construção do território. Assim, a noção de rede implica, necessariamente, a dimensão da alteridade, havendo ou não outros serviços, além daqueles em que se processa determinado ato de cuidado. E regular e afinar a articulação entre os diversos atores deste ato, no território, é tarefa primordial dos CAPSi.”

A presença do Psicanalista nesses dispositivos da Saúde Pública, portanto, é de uma importância fundamental, na medida em que pode oferecer uma escuta para os “fora da nova ordem mundial”. Ali onde o DU prevê o funcionalismo, o psicanalista, como bem lembrou Elia, opera com a função da fala. Ora, o que orienta a clínica psicanalítica é exatamente o impossível de universalizar. Podemos pensar que o desejo do analista possibilita, então, uma outra saída para a polaridade segregação-concentração, já que o nosso campo é o da linguagem e do gozo. A resposta do psicanalista, portanto, não está nem do lado da segregação nem do lado da concentração, na medida em que faz valer um discurso que sustenta a singularidade e a diferença absoluta.